



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2025

SOLICITANTE: SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

I – PRELIMINAR:

Conforme exposto às folhas 086 o presente processo de Pregão Eletrônico s/nº, cujo objeto é a "LOCAÇÃO DE BARRACÃO COM NO MÍNIMO 140², EM ALVENARIA, PINTADO, FORRADO, PISO EM CERÂMICA, ENERGIA BIFÁSICA, ÁGUA ENCANADA E BANHEIRO, LOCALIZADO EM VERA CRUZ DO OESTE" foi encaminhado para esta Advogada Pública para análise jurídica, nos termos do art. 53, da Lei nº 14.133/2021.

Segundo a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, através do Documento de Formalização da Demanda s/nº (fls 028) "A locação de barracões é uma medida necessária para atrair empresas para Vera Cruz do Oeste, considerando que o município não dispõe de barracões próprios. Isso se atende perfeitamente a Lei nº 1.255/2019 que trata dos incentivos que o município pode oferecer às empresas, visando o desenvolvimento local."



II – DA APRECIÇÃO JURÍDICA - finalidade e abrangência do parecer jurídico:

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, § 1º, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021 e o art. 72 Decreto Municipal nº 6.602/2023.

LEI Nº 14.133/2021

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I – Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II – Redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

DECRETO MUNICIPAL Nº 6.602/2023

ART. 72. Após a elaboração do edital e minuta de contrato, o processo licitatório seguirá ao órgão de assessoramento jurídico para emissão de parecer jurídico.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos,



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Outro ponto a ser destacado é o de que é de responsabilidade conjunta dos servidores da área técnica e requisitante ou pela equipe de planejamento da contratação a análise acerca das disposições ou exigências técnicas contidas no Edital e na minuta do Contrato pertinentes a presente contratação, bem como dos respectivos Termos de Referência e Projetos.

Posto isso, a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados para análise, terão seus conteúdos considerados verossímeis, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III - DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM O PROCESSO



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

A Assessoria Jurídica, buscando uma análise objetiva do cumprimento das regras legais aplicáveis ao tipo de contratação e, ainda, visando adotar uma manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei nº 14.133/2021, DECLARAMOS que o presente procedimento cumpriu com os requisitos abaixo assinalados:

1 – Lei Municipal nº 1.255/2019, que Cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz do Oeste – PRODEVECO e dá outras providências (fls 001/011)

2 – Diário Oficial do Município do dia 25 de setembro de 2024, no qual foi publicado o Chamamento para os proprietários de barracões interessados em locar para o Município realizarem suas inscrições (fls 012), com o objetivo de prospectar no mercado imóveis disponíveis para locação que atendam às necessidades definidas.

3 – Decreto Municipal nº 7.034/2024, que “Designa Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária de terrenos públicos ou particulares; de barracões e terrenos no Parque Industrial e demais espaços públicos para venda e locação e também para fins de recolhimento de imposto sobre a transmissão de bens – ITBI, no Município de Vera Cruz do Oeste – PR; e de espaços Particulares que se enquadram nas Leis nº 1.255/2019 e 1.388/2022, e dá outras providências.” (fls 013/014)

4 – Documentos do Imóvel inscrito e seu proprietário (fls 015/020).

5 – Ata de Reunião da Comissão de Avaliação (fls 021/024); Laudo de Avaliação (fls 025/026) e Decreto nº 7.062/2024, que dispõe sobre a Homologação do Laudo de Avaliação referente a Processo Administrativo de Avaliação Imobiliária, e dá outras providências (fls 027).



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

6 – Manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias de acordo com o artigo 40, inciso V, alínea “c”, c/c artigo 18, “caput”, da Lei nº 14.133/2021 (fls 038).

7 - Consta Estudo Técnico Preliminar, contemplando ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor máximo, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação devidamente preenchido, levantamento de mercado, demais descrição dos requisitos da contratação (fls. 029/031) - Art.18, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8 - Consta Termo de Referência contemplando definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação (fls. 032/036) - Art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

9 - Autorização do Sr. Prefeito Municipal para abertura do certame datado de 24/02/2025 (fls 028).

10 - Minuta do Edital e seus Anexos (fls. 041/085);

10.1 - Quanto aos Anexos são os seguintes:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar – ETP (fls 064/065-A);

Anexo II – Termo de Referência - TR (fls 066/070);

Anexo III – Modelo de Proposta (fls 071);

Anexo IV – Modelo de Declaração Unificada, inclusive com a Declaração de nepotismo (fls 072/073);

Anexo V – Minuta do Contrato (fls 074/084);

Anexo VI – Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (fls 085).



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

11 – Decreto nº 7.228/2025, publicado em 11/02/2025, designando servidores para atuarem como Agentes de Contratação/Pregoeiro nos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como para compor a Equipe de Apoio (fls 040).

12 - Portaria nº 5.120/2023, publicada em 09/10/2023, designando fiscal dos Contratos (fls 039).

Tais documentos fazem parte da chamada fase preparatória da licitação, devendo, portanto, observar, na medida do possível, o artigo 18, “caput” da Lei 14.133/2021.

IV - DA MODALIDADE LICITATÓRIA ADOTADA

Quanto a modalidade adotada, a mesma mostra-se escorreita, porquanto consoante o art. 29, da Lei n.º 14.133/2021, deve-se adotar o pregão para aquisição de bens/objetos e a contratação de serviços que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor valor por item, atende o que determina o art. 6º, incisos XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

Dada a motivação apresentada no Estudo Prévio Preliminar, verifica-se ser mais vantajoso para o Município, efetuar a licitação com vistas a realizar o contrato para locação do imóvel pela modalidade pregão, tendo em vista a previsibilidade do montante total e ser efetivado durante o período de contratação.

Já o artigo 17, § 2º do mesmo diploma legal, determina que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, vejamos:

Art. 17 O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Tal exigência se dá em razão da forma eletrônica proporcionar grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação, sendo mais vantajosa a forma presencial.

Portanto, quanto à escolha do pregão eletrônico mediante formalização de contrato, não se vislumbra impedimento.

V - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O artigo 6º, XX, da Lei nº 14.133, disciplina o Estudo Técnico Preliminar, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

No âmbito municipal, o Estudo Técnico Preliminar encontra-se disciplinado a partir do artigo 43 e seguintes, sendo que os elementos necessários a elaboração do ETP, encontram-se descritos no artigo 49 do Decreto Municipal nº 6.602/2023, publicado no DOM em 05/07/2023, e seus requisitos mínimos no § 1º do mesmo artigo, quais sejam:

Art. 49. Com base no Plano de Contratações Anual deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:

I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

...

V – estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII – justificativas para parcelamento ou não da solução;



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

XIII – posicionamento conclusivo sobre adequação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Conclui-se, portanto, que os requisitos mínimos necessários à confecção do referido documento foram preenchidos pela secretaria solicitante.

VI – DO TERMO DE REFERÊNCIA

No que diz ao Termo de Referência, sua definição está prevista no art. 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021, assim como, devem estar presentes os elementos previstos no artigo 40, § 1º do mesmo diploma legal.

Entende esta assessoria que o Termo de Referência preenche os requisitos necessários descritos nos artigos anteriores.

VII - DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 em seu art. 25 dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

A vigência de 12 (doze) meses disposta na cláusula 3.1 da Minuta de Contrato e no item 4.1 da Minuta do Instrumento de Edital é compatível com a Lei Municipal nº 1.255/2019, artigo 7º, bem como, a possibilidade de 01 prorrogação por igual período.

VIII - PUBLICIDADE DO EDITAL E DA MINUTA DO CONTRATO



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

Conforme art. 54, *caput* e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, bem como em jornal de grande circulação.

No caso, deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, II, "a", Lei nº 14.133, de 2021).

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ademais, de acordo com o art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, de 2012, deverão ser disponibilizados os seguintes documentos e informações no sítio oficial do órgão licitante na *internet*:

- cópia integral do edital com seus anexos;
- resultado da licitação; e
- contratos firmados e notas de empenho emitidas.

IX - CONCLUSÃO

Assim, como não cabe à Assessoria Jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na contratação, pois se trata de prerrogativas exclusivas da



Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

gestão pública, é preciso destacar que os valores informados nos orçamentos apresentados são de inteira responsabilidade do setor requisitante, não competindo a esta assessoria avaliar a procedência e regularidade dos mesmos.

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, após a juntada de comprovação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, por meio de declaração emitida pela Secretária Municipal de Indústria e Comércio.

É o Parecer Jurídico de natureza não vinculativo que submeto à autoridade superior.

Vera Cruz do Oeste/PR, em 18 de março de 2025.

Lourdes Cristina Avanzi

Advogada Pública

OAB/PR 20.270